

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020
PROGRAMA ATHIS CASA SAUDÁVEL**

**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ARQUITETOS/AS E URBANISTAS
SANTA ROSA/RS**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul e a Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa, doravante denominados CAU/RS e APEA.SR, levam ao conhecimento dos interessados que realizará **chamamento de arquitetos e urbanistas para compor equipe técnica de Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**, em caráter temporário, para trabalhos de projeto, acompanhamento e execução de obras necessários para melhorias habitacionais no município de **Santa Rosa/RS**. Os interessados deverão realizar sua inscrição pelo Sistema de Informação e Comunicação do CAU – SICCAU, conforme descrito neste Edital, a partir das 00h01min do dia **15 de agosto de 2020** até às 23h59min do dia **30 de agosto de 2020** (horário de Brasília). Os critérios e etapas de seleção dos candidatos à composição da equipe serão descritos a seguir.

Os trabalhos serão conduzidos pela equipe técnica contratada e designada e, auxiliados pelo **Gabinete de ATHIS (GATHIS) do CAU/RS e Coordenadoria Local do Programa ATHIS Casa Saudável a cargo da APEA.SR**, mediante acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas durante o período de vigência do contrato de prestação de serviços por atividade dos profissionais selecionados.

O presente Chamamento Público tem como base normativa a Lei Federal nº 11.888/2008, o Termo de Colaboração nº 01/2020 celebrado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) e a Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa (APEA.SR), o Termo de Convênio nº 01/2019 celebrado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul e o Município de Santa Rosa/RS, a Lei 13.019/2014 e o Decreto nº 8.726/2016, bem como as demais normas regentes.

O presente Chamamento Público cumpre o disposto no artigo 4º, inciso IV da Lei 11.888/2008¹

¹Lei 11.888/2008 - Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. (...) Art. 4º Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como: (...) IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município. (...) (...) § 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do caput deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável (...)"

1. DO OBJETO

- 1.1 O presente Chamamento Público visa à **seleção e contratação** de profissionais de arquitetura e urbanismo registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, afim de compor **equipe técnica de Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**, em caráter temporário, para trabalhos de projeto, acompanhamento e execução de obras necessários para **melhorias habitacionais no município de Santa Rosa/RS, Vila Júlio de Oliveira e bairros adjacentes**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos neste Edital.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 A efetivação do presente **EDITAL** justifica-se pelo seguinte:
- 2.1.1 A grande parcela do déficit habitacional registrado nos municípios gaúchos representam um **déficit qualitativo**, referente à inadequação das unidades habitacionais em termos de carências de infraestrutura urbana, ausências de banheiros ou sanitários, inadequação de telhados, ampliação de cômodos (para os casos de adensamento excessivo), entre outros elementos de precariedade habitacional que configuram a necessidade de promoção de programas de melhorias habitacionais;
- 2.1.2 A Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 6º do Capítulo II, estabelece a **moradia como um dos direitos sociais fundamentais**;
- 2.1.3 A moradia adequada, conforme Comentário Geral nº 04, de 12 de dezembro de 1991, do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), é aquela que oferece condições de salubridade, de segurança e um tamanho mínimo para que possa ser considerada habitável. Deste modo, também deve ainda ser dotada de instalações sanitárias adequadas, atendida pelos serviços públicos essenciais, entre os quais água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, e com acesso aos equipamentos sociais e comunitários básicos (posto de saúde, praças de lazer, escolas públicas, etc.);
- 2.1.4 A **Lei Federal nº 11.888/2008** que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social;
- 2.1.5 O número reduzido de servidores públicos na função de Arquiteto e Urbanista lotados no quadro técnico de grande parcela das Prefeituras Municipais para fazer frente às demandas urbanas e habitacionais da população, sobretudo com maior vulnerabilidade social;
- 2.1.6 O **Plano de Ação e Orçamento do CAU/RS** é definido com base nas diretrizes orçamentárias encaminhadas anualmente pelo CAU/BR, e que a partir do orçamento de 2019, prevê **alocação equivalente a 3%** do total de suas receitas de arrecadação, para ações estratégicas

de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social;

- 2.1.7 O CAU/RS instituiu, em Deliberação Plenária DPO nº 989/2018, o **Gabinete de Gestão para a implantação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (GATHIS)**, estrutura administrativa destinada ao fomento da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) nos municípios do estado do RS, nos moldes da Lei nº 11.888/2008;
- 2.1.8 O **Programa ATHIS Casa Saudável**, projeto especial do CAU/RS para o ano de 2020, implementado por meio da instalação de Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social viabilizando assistência técnica, pública e gratuita, nos moldes da Lei nº 11.888/2008, a cargo de profissionais de Arquitetura e Urbanismo, em conjunto com agentes comunitários de saúde (ACS) e profissionais das Equipes de **Estratégia de Saúde da Família (ESF)**, como uma forma efetiva de promoção de habitação e saúde a população em áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental;
- 2.1.9 O **Termo de Convênio nº 01/2019** celebrado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS e o município de Santa Rosa/RS visando à **implantação do Programa ATHIS Casa Saudável** que objetiva viabilizar a famílias de baixa renda assistência técnica, pública e gratuita, a cargo de profissionais de arquitetura e urbanismo, para projeto e construção de habitação de interesse social, nos termos da Lei Federal nº 11.888/2008 e da Lei Orgânica do Município;
- 2.1.10 O **Termo de Colaboração nº 01/2020** celebrado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS e Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa – APEA.SR que promove ações em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no município de Santa Rosa e região, visando dar exequibilidade à Lei Federal nº 11.888/2008 na forma do Plano de Trabalho do Programa ATHIS Casa Saudável.

3. DO OBJETIVO

- 3.1 O presente edital visa à **seleção e contratação de Arquitetos(as) e Urbanistas** para atuar profissionalmente em **Escritório Público de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**, voltado à prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo para a elaboração de projetos, execução de obra, acompanhamento de obra ou serviço técnico necessário para a melhoria das unidades habitacionais, dando execução ao Plano de Trabalho do Programa ATHIS Casa Saudável, que tem por objetivo viabilizar a famílias de baixa renda Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em conjunto com os profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF), articulando habitação, saúde, meio ambiente, assistência social e infraestrutura urbana. Os serviços serão prestados para as famílias da Vila Júlio de Oliveira a partir do convênio firmado entre o CAU/RS e o

município de Santa Rosa/RS com vistas à execução da Lei Federal nº 11.888/2008.

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Este Edital de Chamamento possui como objeto a seleção e posterior contratação de Arquitetos/as e Urbanistas interessados/as em compor equipe técnica de Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, para trabalhos de projetos, execução de obra, acompanhamento de obra ou serviço técnico necessário para melhorias habitacionais no município de Santa Rosa/RS;
- 4.2 Serão contratados **04 (quatro) arquitetos/as e urbanistas** que prestarão serviços de arquitetura e urbanismo, em caráter temporário, no período de até 4 (quatro) meses, conforme cronogramas e metas a serem atingidos;
- 4.3 Os serviços de assistência técnica serão prestados por profissionais de arquitetura e urbanismo, os quais poderão ser profissionais autônomos (pessoa física) ou profissionais integrantes do quadro societário de pessoa jurídica;
- 4.4 A contratação será realizada em caráter temporário, sem exclusividade, sem vínculo empregatício e sob demanda, devendo o profissional prestar as atividades no Escritório Público de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social no local e comunidade definida pelo poder público municipal;
- 4.5 O Escritório Público de ATHIS composto por arquitetos/as e urbanistas deverá realizar seus serviços de forma integrada com os profissionais da prefeitura, em especial, assistentes sociais e profissionais da saúde que integram a Estratégia de Saúde da Família (ESF), visando a promoção da saúde através da qualificação da habitação e do seu entorno;
- 4.6 A equipe técnica do Escritório Público de ATHIS poderá agregar profissionais da área da saúde, assistência social e outras áreas afins, de acordo com a disponibilidade de profissionais designados pelo município e características dos serviços públicos ofertados na comunidade beneficiada pelo programa;
- 4.7 Os profissionais contratados deverão estar regular com as obrigações perante o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil;
- 4.8 Os profissionais de Arquitetura e Urbanismo contratados serão auxiliados por Coordenador local do programa, Arquiteto e Urbanista indicado pela Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa – APEA.SR, responsável pelo acompanhamento semanal das atividades desenvolvidas pelos profissionais contratados;
- 4.9 A Prefeitura Municipal também designará um servidor público na função Arquiteto e Urbanista para orientar os profissionais contratados nos procedimentos administrativos necessários para a execução dos trâmites do poder público municipal para o atendimento

da execução de obras previstas pelo Escritório público de ATHIS.

5. DAS INSCRIÇÕES

- 5.1 As inscrições estarão abertas a partir das 00h01min do dia **15 de agosto de 2020** até às 23h59min do dia **30 de agosto de 2020** (horário de Brasília). Não serão aceitas em nenhuma hipótese, inscrições fora do período assinalado;
- 5.2 As inscrições deverão ser realizadas, via internet, pelo Sistema de Informação e Comunicação do CAU – SICCAU, por meio de abertura de protocolo;
 - 5.2.1 Procedimentos: Selecione o ícone: “**Protocolos**”, e após “**Cadastrar Protocolo**”. No Grupo de Assunto, selecione “**ATHIS**”; no Assunto, selecione “**Casa Saudável – Santa Rosa/RS**”; em Descrição do protocolo, escreva: “**Chamamento público para Arquitetos e Urbanistas**”. Em seguida, selecione o ícone: + Novo Documento; em Tipo, selecione “**Formulário de Inscrição**”; em Número do documento, escreva “**01**” e em Arquivo, insira o **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO/A - ANEXO A**, devidamente preenchido e assinado, e confirme a inclusão;
- 5.3 O profissional deverá guardar o número de protocolo gerado no SICCAU, visto que é o único documento comprobatório da efetividade do processo de inscrição;
- 5.4 A lista dos (as) candidatos (as) inscritos (as) e homologados (as) será publicada no sítio eletrônico da APEA.SR <http://www.apeasr.com.br/> e do CAU/RS <https://www.caurs.gov.br/>.

6. DAS ETAPAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 6.1 A seleção será composta de três etapas:
 - 6.1.1 Etapa 1 – Envio do formulário de inscrição preenchido e assinado (caráter eliminatório);
 - 6.1.2 Etapa 2 – Análise da qualificação profissional (caráter classificatório e eliminatório);
 - 6.1.3 Etapa 3 – Entrevista (caráter classificatório e eliminatório)
- 6.2 Os candidatos serão avaliados por uma Comissão de Seleção formada por Arquitetos e Urbanistas, representantes do CAU/RS, da Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa (APEA.SR) e da Prefeitura Municipal de Santa Rosa:
 - 6.2.1 Sandra Becker, CAU/RS
 - 6.2.2 Giofranco Saggin, APEA.SR
 - 6.2.3 Marcos Cartana, Prefeitura Municipal de Santa Rosa
- 6.3 A seleção dos profissionais atenderá aos seguintes **critérios**:

Programa ATHIS Casa Saudável_Santa Rosa/RS

Edital de Chamamento Público para Arquitetos/as e Urbanistas

- 6.3.1 Profissionais domiciliados preferencialmente no município de Santa Rosa;
- 6.3.2 Disponibilidade dos profissionais em trabalhar aos sábados e eventualmente aos domingos em Santa Rosa, no atendimento às famílias e na realização de oficinas, conforme previstos no item 10 deste Edital;
- 6.3.3 Disponibilidade dos profissionais em trabalhar em turno diário durante a semana, manhã ou tarde, no período de execução das atividades propostas no item 10 deste Edital;
- 6.3.4 Experiência em projetos de Habitação de Interesse Social (HIS), seja em meio acadêmico ou profissional;
- 6.3.5 Experiência profissional em projeto e execução de obras de pequeno porte/habitação unifamiliar;
- 6.3.6 Capacidade de trabalhar em equipe;
- 6.3.7 Sensibilidade às questões sociais ligadas à Habitação de Interesse Social;
- 6.3.8 Bom conhecimento em AutoCAD, SketchUp, programas de planilhas eletrônicas e edição de texto;
- 6.3.9 Experiência com projetos participativos e oficinas (desejável, mas não obrigatório).
- 6.4 Na etapa 1 serão homologadas as inscrições dos profissionais com registro profissional regularizado e em dia com a anuidade do CAU (até o exercício de 2020) e formulários devidamente preenchidos e assinados pelos candidatos/as;
- 6.5 Na etapa 2 serão avaliadas as qualificações técnicas do candidato/a, seguindo os quesitos previamente definidos no formulário de inscrição e respectivo sistema de pontuação;
- 6.6 A **metodologia de pontuação** dos quesitos de qualificação profissional do candidato/a seguirão a seguinte ordem e sistema de pontuação:

Quesitos de avaliação	Número máximo de projetos	Pontuação por projeto	Pontuação máxima por quesito
1 Projeto de Habitação de interesse Social	5 projetos	7 pontos	35 pontos
2 Execução de Obra	5 obras	7 pontos	35 pontos
3 Projeto de Habitação Unifamiliar	5 projetos	7 pontos	35 pontos
4 Estágio curricular	4 estágios	3 pontos	12 pontos
5 Atividade de Extensão e Pesquisa em Habitação de interesse Social	4 projetos	3 pontos	12 pontos
6 Curso de Aperfeiçoamento Profissional em Assistência Técnica para Habitação de interesse Social	4 cursos	3 pontos	12 pontos
7 Participação em Eventos de Assistência Técnica para Habitação de interesse Social	9 eventos	1 ponto	9 pontos

Pontuação máxima	-	-	150 pontos
------------------	---	---	------------

- 6.7 O profissional deverá prestar informações referente a sua experiência profissional. São requeridos: Nome e local do projeto; Cargo/posição desempenhada; Período que o candidato/a trabalhou no projeto (por exemplo, início: mês/ano e fim: mês/ano);
- 6.8 A partir da somatória de pontos alcançados por cada candidato, a Comissão de Seleção obterá uma Lista de classificação dos profissionais. Em caso de empate entre candidatos na 10ª posição, serão igualmente notificados para a próxima etapa de seleção, Etapa 3 – Entrevistas;
- 6.9 Os documentos comprobatórios das experiências informadas no “*Formulário de Inscrição*” deverão ser apresentados pelos candidatos/as, em formato físico, na Etapa 3 – Entrevistas;
- 6.10 A não comprovação de experiência informada no “*Formulário de Inscrição*” poderá ensejar motivo de infração ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR², acarretando, também, na eliminação do candidato;
- 6.11 Na etapa 3, a Comissão de Seleção notificará por telefone e e-mail os **10 (dez) primeiros/as colocados/as na Lista de classificação** dos profissionais para agendamento de entrevista presencial. As entrevistas serão realizadas na sede da Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa, em horários informados aos candidatos selecionados;
- 6.12 Serão contratados **4 (quatro) arquitetos/as e urbanistas**. Os candidatos selecionados na Etapa 3 serão convocados por ordem de classificação. Os demais candidatos classificados nesta etapa aguardarão em cadastro reserva e serão convocados em caso de desistência ou rescisão contratual, assumindo imediatamente o posto e cumprindo o período restante do tempo de contrato do posto em vacância;
- 6.13 O chamamento para substituição contratual será realizado seguindo ordem de classificação. O candidato será convocado e terá até dois dias úteis para assumir o posto em vacância, após esse prazo será chamado o próximo candidato do cadastro reserva.

7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

- 7.1 Todos os candidatos inscritos receberão os resultados parciais da seleção por e-mail;
- 7.2 O cronograma de entrevistas será informado por e-mail aos candidatos selecionados na

² <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao52/> - 3. Obrigações para com os contratantes. Regras:

3.2.1.O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando estiver de posse das habilidades e dos conhecimentos artísticos, técnicos e científicos necessários à satisfação dos compromissos específicos a firmar com o contratante.

Etapa 2;

- 7.2 O resultado final da seleção será divulgado na página oficial da APEA.SR <http://www.apeasr.com.br/> e do CAU/RS <https://www.caurs.gov.br/>.

8. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 8.1 Os profissionais selecionados serão convocados pela APEA.SR, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, para a assinatura de contrato, nos termos da minuta anexa a este edital (ANEXO B), devendo apresentar neste ato os seguintes documentos originais:
- 8.1.1 Cópia do documento de identidade;
- 8.1.2 Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- 8.1.3 Comprovante de endereço: água, luz, telefone ou fatura de cartão de crédito;
- 8.1.4 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR (quitação de débitos ou dívida parcelada em dia, até o momento da contratação);

Somente para pessoa jurídica:

- 8.1.5 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR (quitação de débitos ou dívida parcelada em dia, até o momento da contratação);
- 8.1.6 Comprovante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ
- 8.1.7 Contrato Social ou Registro Comercial;
- 8.2 O CONTRATADO se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, de acordo com as exigências contidas neste Edital.
- 8.3 Caberá ao profissional autônomo (pessoa física) ou profissional integrante do quadro societário da pessoa jurídica, assinar a minuta de DECLARAÇÃO E CONSENTIMENTO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO – ANEXO C.
- 8.4 No ato da contratação, o profissional deverá estar com a anuidade do CAU em dia para o exercício de 2020, devendo manter a condição de adimplência durante toda a prestação da atividade.

9. DO CRONOGRAMA

9.1 INSCRIÇÕES

Programa ATGIS Casa Saudável_Santa Rosa/RS

Edital de Chamamento Público para Arquitetos/as e Urbanistas

Início das inscrições: às 00h01min do dia **15/08/2020** (horário de Brasília).

Encerramento das inscrições: às 23h59min do dia **30/08/2020** (horário de Brasília)

9.2 SELEÇÃO

Etapa 1 – 31/08/2020

Etapa 2 – 1º/09/2020 a 04/09/2020

Etapa 3 – 07/09/2020 a 09/09/2020

9.3 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

09/09/2020

9.4 CONVOCAÇÃO

16/09/2020

9.5 CONTRATAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

A partir de 16/09/2020

- 9.6 **Importante:** Em razão das determinações das autoridades nacionais e locais frente a necessidade de redução das possibilidades de contágio do vírus COVID-19, o presente edital estará sujeito a alterações no seu cronograma, bem como a previsão de início das atividades para a execução do Plano de Trabalho. As atualizações necessárias serão notificadas via página oficial da APEA.SR <http://www.apeasr.com.br/> e do CAU/RS <https://www.caurs.gov.br/>.

10. DA ÁREA DE ATENDIMENTO E DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

- 10.1 A área de atendimento do Escritório Público de ATHIS contempla as famílias residentes na Vila Júlio de Oliveira e bairros adjacentes no município de Santa Rosa/RS;
- 10.2 Os profissionais contratados desenvolverão suas atividades em escritório a ser instalado na Prefeitura Municipal de Santa Rosa, localizada na Avenida Expedicionário Weber, nº 2983, Bairro Cruzeiro, Santa Rosa/RS;
- 10.3 O horário de atendimento/funcionamento, bem como a distribuição dos turnos de trabalho entre os profissionais contratados será organizado e acordado posteriormente com o Coordenador local do programa, indicado pela APEA.SR, e Arquiteto e urbanista designado pela Prefeitura;
- 10.4 A metodologia de trabalho do programa ATHIS Casa Saudável está estruturada em 3 três etapas: (1) Diagnóstico, (2) Prestação de Serviços de ATHIS (atendimento às famílias) e (3) Avaliação do Programa;

Programa ATHIS Casa Saudável_Santa Rosa/RS

Edital de Chamamento Público para Arquitetos/as e Urbanistas

- 10.4.1 Com base em metodologia previamente orientada no Plano de Trabalho executivo do programa, a equipe de assistência técnica deverá realizar um diagnóstico sobre as condições de habitabilidade e segurança das moradias por meio de aplicação de questionário semiestruturado e organização de oficinas participativas de leitura de território;
- 10.4.2 Elaborar um Plano de Ação com base nas informações do diagnóstico e viabilidade das intervenções priorizadas/apontadas pelo Comitê Intersetorial Participativo³ e poder público municipal;
- 10.4.3 Visitar as moradias indicadas/priorizadas juntamente com o profissional do Serviço Social designado pela Prefeitura para coleta de informações necessárias à elaboração de projeto e proposta de intervenções a serem executadas;
- 10.4.4 Prestar os serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no que diz respeito à elaboração de projetos, execução de obra e acompanhamento de obra ou serviços técnico voltados a melhorias da unidade habitacional, garantindo a sua viabilidade técnica no que se refere aos custos, prazos e disponibilidade de recursos humanos e insumos para execução das intervenções necessárias e desejáveis pelas famílias beneficiadas;
- 10.4.5 Participar da organização de oficinas temáticas participativas de educação socioespacial e ambiental, visando a apresentação de dados relativos ao diagnóstico e a realização de debate acerca de temas referentes às condições de habitabilidade e segurança consolidadas nos indicadores de vulnerabilidade física das moradias;
- 10.4.6 Avaliar os impactos e/ou consequências das intervenções realizadas nas habitações, possíveis de serem identificadas, na saúde biopsicossocial da população atendida pelo programa;
- 10.5 Os profissionais de Arquitetura e Urbanismo contratados deverão emitir o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)⁴ referente às atividades previstas no objeto de contratação de prestação de serviços desempenhadas na melhoria das habitações e/ou entorno;
- 10.6 Os custos dos Registros de Responsabilidade Técnica emitidos pelos profissionais de Arquitetura e Urbanismo contratados e Coordenador Local do Programa ficarão à cargo da

³ O Comitê Intersetorial Participativo composta por representantes do poder público, instituições parceiras e moradores, tem como atribuições a validação, o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelo Escritório público de ATHIS.

⁴ O Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) Social permite que arquitetos e urbanistas registrem em um único RRT mais de uma atividade de Projeto (Grupo 1), Execução (Grupo 2) e Atividades Especiais (Grupo 5) desde que vinculadas até 100 endereços de edificações residenciais unifamiliares, dentro de um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de início da atividade declarada no registro. As edificações unifamiliares devem ter área total de construção de até 100m² e todos os endereços devem pertencer ao mesmo município. O RRT Social terá o custo de uma taxa de RRT.

APEA.SR.

- 10.7 Dentre as atividades previstas no objeto de contratação de prestação de serviços estão:
- 10.7.1 Assistência Técnica, Assessoria, Parecer técnico e Laudo técnico;
 - 10.7.2 Diagnóstico;
 - 10.7.3 Levantamentos;
 - 10.7.4 Relatórios técnicos de arquitetura;
 - 10.7.5 Projeto arquitetônico, Projeto arquitetônico de reforma e Projetos complementares;
 - 10.7.6 Execução de obra;
 - 10.7.7 Organização de oficinas participativas.
- 10.8 O Plano de Trabalho executivo do Programa ATHIS Casa Saudável, nos quais constam a descrição da metodologia e dos instrumentos necessários para desenvolvimento das atividades, serão disponibilizados aos profissionais contratados em oficina de capacitação a ser realizada previamente ao início dos trabalhos;
- 10.9 O profissional realizará as atividades com liberdade de atuação técnica e auto organização, tornando-se responsável pela condução do serviço que lhe for atribuído, a partir do seu recebimento, obrigando-se a propor as ações e condutas adequadas de acordo com o Plano de Trabalho de execução do Programa ATHIS Casa Saudável, com o auxílio do coordenador local do programa (Arquiteto/a e Urbanista indicado pela APEA.SR), bem como com o auxílio do arquiteto e urbanista designado pela Prefeitura e demais profissionais do Serviço Social e da Estratégia de Saúde da Família;
- 10.10 Na forma da CLT, art. 442-B, a contratação de pessoa física ocorrerá por vínculo autônomo. Pelo trabalho prestado o arquiteto e urbanista perceberá contraprestação (pagamento) conforme definido no Plano de Trabalho, desempenhando suas atividades com autonomia;
- 10.11 Todo o material produzido pelos profissionais de Arquitetura e Urbanismo contratados poderá ser utilizado para fins de publicação, apresentação, estudos, pesquisa entre outras finalidades com o objetivo de promover e divulgar o programa ATHIS Casa Saudável. Ficando previamente autorizado o seu uso pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS.

11. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

- 11.1 O contrato de prestação de serviço por atividade terá vigência de até 4 (quatro) meses, contados a partir da data de contratação, com encerramento de atividades em 31 de

dezembro de 2020, podendo ser prorrogado se assim ficar estabelecidos entre os parceiros;

- 11.2 Para a comprovação do cumprimento das metas e objetivos, os profissionais de Arquitetura e Urbanismo deverão comprovar o exercício de atividades pelo período de, pelo menos, 22 (vinte e duas) horas semanais, organizados em turnos de, no mínimo, 4 horas diárias de segunda a sexta-feira, facultando-se um dia a ser substituído pelo sábado/domingo de acordo com a demanda da comunidade para realização do diagnóstico, atendimento individuais às famílias e organização de oficinas temáticas participativas;
- 11.2.1 O diagnóstico e, posteriormente, o atendimento individual às famílias será realizado preferencialmente em dias de semana, contudo de acordo com a demanda e disponibilidade das famílias beneficiárias, poderá ser realizado aos sábados e eventualmente aos domingos;
- 11.2.2 As oficinas temáticas participativas de educação socioespacial serão realizadas em datas a serem definidas com a comunidade;
- 11.3 A comprovação do período mínimo de trabalho não terá como objetivo controlar a jornada de trabalho, mas sim verificar o tempo de esforço e dedicação despendido pelos profissionais para o alcance das metas e objetivos, situação em que, conjuntamente com o efetivo cumprimento das tarefas, servirá como parâmetro para a APEA.SR efetivar a contraprestação (pagamento) pelos serviços prestados pelos profissionais.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 12.1 Os profissionais deverão assinar contrato de prestação de serviços por atividade com a APEA.SR e os vencimentos serão mensais, a contar da data de assinatura do contrato, com pagamento até o dia 10 de cada mês. O início das atividades está previsto para o mês de setembro e o término para 31 de dezembro de 2020, totalizando até 4 (quatro) meses de trabalho, em regime de 22 horas semanais em média (20 horas semanais fixas e aproximadamente 4 horas mensais, referente às oficinas);
- 12.2 Os vencimentos serão de **R\$ 4.598,00** (Quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais) mensais (valor bruto, em que incidirão encargos), por um período de até 4 (quatro) meses, referentes às 22 horas semanais trabalhadas;
- 12.3 O pagamento será efetuado por depósito em conta corrente de titularidade do profissional contratado, valendo o comprovante de depósito bancário como recibo do pagamento efetuado;
- 12.4 A contraprestação (pagamento) será realizada aos profissionais, mediante atendimento às atividades e o desenvolvimento das etapas executadas do Plano de Trabalho executivo do Programa ATHIS Casa Saudável, conforme previsto no contrato;
- 12.5 O profissional contratado deverá emitir mensalmente, até o dia 5 de cada mês, Recibo de

Profissional Autônomo (RPA) ou Nota Fiscal de Prestação de Serviço, conforme acordado entre as partes na assinatura do contrato de prestação de serviço.

13. DOS RECURSOS

- 13.1 Do resultado da seleção e sua publicação prevista no item 9.3 caberá recurso, o qual deverão ser interpostos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da publicação do resultado no endereço eletrônico, em petição escrita dirigida à Comissão de Seleção citada no item 6.2;
- 13.2 Em nenhuma hipótese serão aceitos Recursos através de e-mail, pelos Correios ou qualquer outro meio que não seja direto na Secretaria da APEA.SR, localizado na Travessa Acre, nº 40, Centro, Santa Rosa/RS, no horário das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira em dias úteis;
- 13.3 Recebido(s) o(s) Recurso(s), ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão de Seleção decidirá em até 05 (cinco) dias úteis contados de prazo final de interposição recursal;
- 13.4 O prazo de Recursos e de julgamento dos mesmos no presente Edital se contarão nos termos do art. 224 do Código de Processo Civil (2015), sendo que **não** serão conhecidos os Recursos interpostos fora do prazo legal. No caso de Recurso interposto por Advogado, este deverá estar constituído por Procuração, conforme os artigos 103 a 107 do Código de Processo Civil (2015), assinada pelo candidato, não sendo necessário o reconhecimento da firma em cartório;
- 13.5 O resultado do julgamento do (s) Recurso(s) é irrecorrível e será publicado na página oficial da APEA.SR <http://www.apeasr.com.br/> e do CAU/RS <https://www.caurs.gov.br/>.
- 13.6 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados, exclusivamente de forma eletrônica, e, necessariamente, para o e-mail gabineteathis@caurs.gov.br. A resposta aos pedidos de esclarecimentos caberão aos integrantes do Gabinete de Gestão para a implantação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Rio Grande do Sul (GATHIS) do CAU/RS.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase desta seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na inscrição, elencados no “*Formulário de Inscrição do Candidato/a*”;
- 14.2 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado

- que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os concorrentes;
- 14.3 É proibido a qualquer concorrente tentar impedir o curso normal do processo de seleção mediante a utilização de Recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor à desclassificação do certame;
- 14.4 Antes do aviso oficial do resultado da seleção, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à seleção dos candidatos e que sejam inerentes a fase ainda em julgamento ou fase subsequente;
- 14.5 Qualquer tentativa de um concorrente de influenciar a Comissão de Seleção no processo de julgamento resultará na sua desclassificação;
- 14.6 Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta seleção poderá ser anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- 14.7 As questões suscitadas por este Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro civil da comarca de Santa Rosa/RS, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 14.8 O presente instrumento jurídico não implica pagamento de qualquer importância a título tão somente de contratação, somente podendo ocorrer a devida contraprestação (pagamento) pela Organização da Sociedade Civil quando o profissional executar e comprovar efetivamente o desempenho das tarefas previstas neste instrumento, no plano de trabalho e demais normas regentes referentes à ATHIS.
- 14.9 A recusa à prestação dos serviços poderá implicar no descredenciamento do profissional.
- 14.10 A contratação será realizada em caráter temporário, sem exclusividade, sem vínculo empregatício e sob demanda, devendo o profissional de arquitetura e urbanismo prestar as atividades no Escritório Público de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social em local e comunidade definida pelo poder público municipal, conforme descrito neste Edital.
- 14.11 A execução do objeto deste Chamamento Público não ensejará qualquer espécie de vínculo empregatício ou estatutário com o CAU/RS e nem mesmo com a Organização da Sociedade Civil, nem garantirá ao arquiteto e urbanista ou pessoa jurídica quaisquer direitos relacionados à qualidade de empregado.
- 14.12 O vínculo obrigacional do contrato de atividade - prestação de serviços - dar-se-á apenas entre o profissional e a Organização da Sociedade Civil, não cabendo quaisquer responsabilidades ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS quanto ao pagamento de eventuais obrigações incidentes sobre a prestação dos serviços, cabendo, na forma do art. 36, §1º, inciso I do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento

administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

- 14.13 Os casos omissos serão regulados pelas disposições do direito comum e pelos princípios gerais de direito, restando sublinhado, expressamente, pelos contraentes, que o presente contrato é de natureza civil, em face do que nenhum dos contraentes poderá invocar a aplicação de regras da legislação do trabalho, posto incorrente, no presente contrato vínculo dessa natureza.
- 14.14 A omissão no exercício de qualquer direito ou a maneira de exercê-lo constituir-se-ão atos de mera liberalidade, não podendo ser entendidos como novação.
- 14.15 Integram este Edital os seguintes anexos:
- ANEXO A: Formulário de Inscrição do Candidato/a;
- ANEXO B: Modelo de Minuta de Contrato;
- ANEXO C: Declaração e consentimento de contrato.

Santa Rosa, 31 de julho de 2020.